

Lisboa, 29 de novembro de 2023

Assunto: Carta-compromisso | Pedido de Audiência

Senhor Presidente da República,
Senhor Professor Dr. Marcelo Rebelo de Sousa,

Vivemos tempos incertos e difíceis.

O mundo no pós-pandemia mudou, acumulando tensões inflacionistas, ruturas das cadeias logísticas, tensões geopolíticas, guerras e crises humanitárias.

O crescimento económico lento global tem na Europa uma declinação mais preocupante, com os nossos principais parceiros de exportações de bens e serviços em risco de estagnação ou de recessão. Apesar da queda muito acentuada da taxa de inflação nos EUA seguida, com algum atraso, por movimento de queda similar na Europa, as taxas de juro mantêm-se muito elevadas, acentuando riscos de diminuição do investimento e da procura agregada. Os sinais positivos do mercado de trabalho, de um lado e do outro do Atlântico, permitem, contudo, algum otimismo de uma «aterragem suave» se a condução da política económica for bem conseguida, prudente no plano orçamental e na dívida, mas estimulante de mais e melhor investimento que se oriente para reforçar as vantagens competitivas da Europa e de Portugal.

Em Portugal, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal não desvaloriza o papel dos empresários e do investimento privado que permitiram uma recuperação mais rápida da crise financeira na década passada, nem a excelente evolução nos últimos anos das exportações que permitiu também uma melhor saída económica no pós-pandemia. Não esquece ainda a crescente qualificação dos jovens, nem o esforço de criação de emprego que, ao longo de cerca de uma década, origina um saldo líquido de emprego próximo de 400 mil empregos e que permite taxas de desemprego baixas.

Porém, o baixo crescimento da produtividade, assim como o forte diferencial de níveis de investimento público e privado com os nossos principais concorrentes, e ainda fluxos de exportações excessivamente dirigidos a poucos parceiros comerciais com baixo dinamismo na procura, acentuam os riscos da manutenção da convergência real na UE e de concretização das mudanças estruturais que permitam a construção de novas vantagens competitivas num mundo em rápida mudança.

Os desafios são grandes, muitos deles de carácter estrutural, e os riscos que se apresentam são enormes, desde os de carácter geoestratégico aos que decorrem da dinâmica própria das economias. A este respeito há uma enorme preocupação pela recessão prospetivada para alguns dos nossos parceiros comerciais e há um consenso na revisão em baixa das perspetivas de crescimento. Note-se que para Portugal, e mesmo antes da recente crise política, a Comissão Europeia aponta para um forte abrandamento do crescimento do PIB de 2,2% em 2023 para 1,3% em 2024 e não mais do que 1,8% em 2025.

Acresce que Portugal está num período especialmente sensível dado que o PRR configura uma oportunidade extraordinário e prevê um financiamento irrepetível para investimentos, tanto públicos como privados, e reformas, nomeadamente da administração pública e da sua melhoria na relação com os cidadãos e as empresas e a defesa eficiente do interesse público.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal considera que o exercício pleno da democracia sempre tem uma solução para os problemas, pelo que a demissão apresentado pelo Primeiro-ministro deve ser resolvida com a responsabilidade acrescida pelos tempos incertos e difíceis que vivemos.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal já anteriormente tinha apresentado uma proposta de Pacto Social. A crise política que vivemos apenas vem acentuar a necessidade de maior convergência dos atores políticos, económicos e sociais na resposta aos problemas de Portugal.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal considera que o interregno de vários meses até à formação de um novo Governo saído de eleições é tempo demasiado, mas tem todo o respeito pela tentativa de equilíbrio que representa a preocupação pela existência de um Orçamento de Estado aprovado e em execução em 2024.

Neste sentido, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal sustenta que, apesar de evidentes limitações da proposta de Orçamento de Estado em domínios tão relevantes como o estímulo ao investimento, as políticas industriais ativas e convergentes com as mudanças estruturais de que Portugal precisa, a simplificação da relação entre Estado e empresas e uma política de estímulo à retenção de jovens qualificados em Portugal são fundamentais. Temos de evitar a todo o custo uma situação instável institucionalmente que condicione a execução orçamental e limite ainda mais o necessário investimento público em Portugal.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal apela aos órgãos de soberania para que neste contexto incerto e difícil diminuam os riscos, atuando decisivamente para que tanto o Orçamento de Estado, como a execução dos fundos estruturais, nomeadamente o PRR, cuja execução tem sido marcada por atrasos e dificuldades, e os investimentos infraestruturais que Portugal precisa, possam concretizar-se de forma estável e adequada.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal, sinalizando a urgência e a necessidade de um grande consenso nacional sobre, nomeadamente:

- i) Continuidade dos avisos do PRR e do PT2030 já lançados;
- ii) Concretização do plano de avisos já anunciados para o PRR e PT2030;
- iii) Atualização dos preços regulados com referência à taxa de inflação esperada;
- iv) Aplicação do regime excecional e temporário do aumento dos preços com impacto em contratos públicos (Decreto-Lei n.º 49-A/2023, de 30 de junho);
- v) Injeção de capital e/ou decisões ministeriais para liquidação dos compromissos do Estado, nomeadamente pagamentos contratualizados e dívidas vencidas.

desde já se disponibiliza para a promoção desse mesmo entendimento, quer por via de uma iniciativa de vinculação dos seus Associados, quer por via do seu apoio explícito a um tal entendimento.



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Para que todos possamos contribuir para que Portugal não pare!

Na expectativa do acolhimento favorável desta Carta-compromisso, e solicitando desde logo uma audiência com V.^ª Ex.^ª conforme permita a Sua Agenda, subscrevo-me com elevada consideração,

Armindo Monteiro
Presidente